

## VIII ENCONTRO DAS REDES DE PROTEÇÃO

### Tema: Deslocamentos Humanos por motivos ambientais e catástrofes naturais

Brasília – 23 e 24/maio/2012



Caros amigos e amigas da caminhada junto aos migrantes e refugiados, é com alegria que encaminhamos o Relatório Final do VIII Encontro das Redes de Proteção. Nele estão indicados os principais momentos, atividades e documentos que foram gerados no decorrer do evento ou que lhe serviram de suporte (são os anexos).

A linguagem presente no Relatório reflete, em grande medida, a fala de conferencistas e painelistas. Entretanto, isso nem sempre foi possível, de modo que também traz na terceira pessoa (ele ou ela) aquilo que foi captado pela equipe responsável por essa Memória.

Esperamos que este Relatório efetivamente demonstre o quanto de trabalho, partilha e construção coletiva ocorreu ao longo do VIII Encontro. Mas, principalmente, que ele sirva de suporte à continuidade de nossos esforços de articulação e manutenção da Rede de Proteção.

Fica o nosso agradecimento a cada um e cada uma dos/das participantes e o firme desejo de atender ao apelo de cuidar dos migrantes e refugiados.

O VIII Encontro foi realizado dias 23 e 24 de maio de 2012, em Brasília, e enfatizou a questão dos deslocamentos humanos por motivos ambientais e catástrofes naturais. Seu objetivo foi, a partir da experiência adquirida pelas entidades que atuam na atenção a pessoas deslocadas por motivos ambientais ou catástrofes naturais, favorecer a reflexão e estimular a incidência com atitudes e

iniciativas que contribuam para reduzir a degradação do meio ambiente e para assegurar a defesa dos direitos das pessoas afetadas ou deslocadas em consequência de tais fenômenos.

O encontro, que contou com a participação de 43 entidades, de 23 Estados da Federação, com um total de 70 participantes, foi promovido pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Pastoral da Mobilidade Humana, da CNBB, e o apoio do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)

## **Dia 23 de maio**

### **Período da Manhã**

O VIII Encontro das Redes de Proteção teve início com um Café de acolhimento e boas-vindas, em que os participantes tiveram a oportunidade de se cumprimentar e trocar algumas palavras iniciais. A seguir, todos se dirigiram à sala do Encontro, onde teve lugar uma Mística, conduzida pela Pastoral da Mobilidade Humana/CNBB.

### **Mística**

Com o tema “Pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui”, a mística de abertura começou com um Poema de Charles Chaplin, lido por Guilherme Fontes. Em seguida, William conduziu a fala “Nos caminhos da migração e do refúgio” e Irmã Claudina fez a leitura do texto bíblico Is 60, 18-22. Pe. Marcelo Monge, diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, trouxe uma reflexão sobre a situação de vários países do mundo que passam por profundos sofrimentos, como o Haiti, a Síria e outros, e sobre a importância das pequenas ações para criar a paz. Após uma apresentação rápida de cada participante, em que cada um falou seu nome, entidade e cidade de onde vem, foi rezado o Pai Nosso e dado o Abraço da Paz. Por fim, Pe. Marcelo Monge fez uma Bênção Final. O roteiro da mística encontra-se no Anexo I.

### **Seção de abertura**

A Diretora do IMDH cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a condução da Mística. Em seguida, dirigiu-se ao Secretário de Estado de Desenvolvimento social e Transferência de Renda do Distrito Federal (SEDEST), Dr. Daniel Seidel, cumprimentando-o e agradecendo sua presença. Relembrou a importância e a riqueza dos Encontros e agradeceu os parceiros que o viabilizam – o IMDH, o ACNUR e o Setor de Mobilidade Humana da CNBB –, bem como seus apoiadores – Cáritas, CONARE e CNBB.

Em seguida, Seidel agradeceu o convite e, emocionado, falou da mística e da importância desses pensamentos. Falou do apoio do GDF e da caminhada de algumas pessoas do governo na luta por transformação e por melhorias na política de assistência social. Particularmente sobre o tema dos migrantes e refugiados, expressou a vontade do governo de tornar o país cada vez mais acolhedor aos migrantes e refugiados. Mencionou também o programa “DF sem miséria” e sua luta pela garantia de cidadania. Deu as boas-vindas a todos à Brasília e declarou o compromisso do GDF em dar prosseguimento com as políticas públicas para os necessitados.

Ir. Rosita agradeceu ao Dr. Daniel e falou da Rede de Proteção a Migrantes e Refugiados, que é uma articulação muito proveitosa e que tem trazido muitos benefícios na troca e no intercâmbio das pessoas que se ocupam com a questão dos migrantes e dos refugiados e, particularmente nesse encontro, com a questão dos haitianos, que é o tema principal do encontro. Lembrou, também, que neste ano comemora-se os 15 anos da lei 9474/97, e daí o tema da conferência inicial: **“15 anos da Lei**

**de Refugiados (n. 9474/97): avanços e limites em sua implementação”.** Chamou então à mesa os componentes, fazendo uma breve apresentação. Cada um falava da lei 9474/97 a partir da perspectiva de sua instituição.

### **Conferência de Abertura: 15 anos da Lei de Refugiados (n. 9474/97): avanços e limites na implementação**



A conferência de abertura do VIII Encontro das Redes contou com a participação de Aline Thomé Arruda, do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), Andrés Ramirez, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e Natália Medina, do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), representando a sociedade civil.

O Sr. Andrés Ramirez iniciou sua conferência lembrando a importância que tem a lei 9474/97, tanto a nível regional quanto internacional. Esta, lembrou o palestrante, é fundamental, pois nela está possibilitada a participação da sociedade civil com a garantia de voto e voz, o que não se percebe na maioria dos países. Essa conquista, assim, trata-se de um exercício democrático fundamental. Além disso, o Sr. Ramirez apontou para a eficácia desse instrumento - é a sociedade civil que, estando na ponta da cadeia de proteção, permite que muitos refugiados não sejam deportados, garantido assim que o princípio de *non-refoulement* não seja violado

O representante do ACNUR no Brasil compartilhou ainda sua experiência de trabalho no México. Segundo Ramirez, em seu país foram as pastorais que garantiram que milhares de refugiados guatemaltecos não fossem deportados. Assim, o palestrante contou que ficou muito satisfeito quando chegou ao Brasil e viu que, na lei, estava garantida a participação da sociedade civil.

Outro ponto essencial da lei, segundo Ramirez, é a garantia da participação do ACNUR no CONARE, ainda que com apenas direito de voz. Este, apesar de trabalhar no tema há 60 anos e garantir que os Estados deem proteção aos refugiados, não tem participação garantida nos Comitês Nacionais de muitos países do mundo.

Ressaltou, ainda, a necessidade de reformulação do Estatuto do Estrangeiro, que data da época da ditadura militar. Ainda que a lei de refugiados seja avançada, uma lei de migrações retrógrada prejudica também o trabalho do ACNUR.

Por fim, falou do tema dos deslocamentos ambientais, que é um ponto de grande preocupação para a agência. Embora o tema não esteja presente na convenção de 1951, essa é uma responsabilidade

da comunidade de países e, portanto, o tema precisa ser incorporado a alguma normativa internacional, principalmente quando se percebe que os deslocamentos por desastres naturais e aquecimento global são hoje mais frequentes do que deslocamentos por conflito. Tal tema, segundo o representante, será discutido durante a Rio +20.

A Sra. Natália Medina começou sua fala também apontando para os avanços trazidos pela lei 9474/97 no Brasil. Esta, além de proteger as pessoas perseguidas pelas questões tradicionais, também amplia o conceito de refúgio para garantir proteção às pessoas que sofrem graves violações de direitos humanos. Além disso, a normativa garante uma ampla integração local desses indivíduos, dando-lhes o direito de obter, entre outras coisas, carteira de trabalho e CPF. A palestrante ressaltou mais uma vez que outra inovação da lei foi permitir a participação ativa da sociedade civil, o que, devido à atuação histórica desse setor, garante a legitimidade de todo processo. A advogada lembrou, entretanto, que ainda existem muitas dificuldades práticas de implementação da lei, principalmente no tocante ao tema do trabalho e emprego.

As questões enfrentadas pelos refugiados e solicitantes de refúgio, afirma Medina, são demandas em um nível tão básico e concreto, que podem chegar a comprometer a cidadania. Por exemplo, ainda que, pela lei 9474/97, os solicitantes já possam fazer sua carteira de trabalho após formalizar o pedido de refúgio, o acesso ao emprego formal ainda é um desafio para muitos. Uma das causas parece ser, segundo Medina, o curto prazo de validade do documento para os solicitantes, o que diminui os incentivos dos empregadores em contratá-los.

Com relação ao tema educação, a palestrante ressaltou que, apesar de ser garantido por lei o acesso facilitado dos refugiados à educação, a prática muitas vezes impõe obstáculos. Quando se trata dos níveis Fundamental e Médio, por exemplo, esse acesso com frequência é dificultado, devido à falta de conhecimento da instituição procurada. No entanto, quando se trata do acesso ao Ensino Superior, a situação mostra-se ainda mais difícil. Atualmente, poucas instituições no País tem práticas específicas para refugiados: a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) que garante um vestibular diferenciado, a Universidade de Juiz de Fora, que admite em caráter especial e a Universidade de Santos que oferece três bolsas integrais ao ano, para refugiados.. Outro obstáculo é a rigidez do MEC no tocante à validação dos diplomas.

No que concerne à documentação, Medina ressaltou que, muitas vezes, o caráter complexo do processo de elegibilidade faz merecer atenção especial não somente o aspecto jurídico, como também as dimensões de sensibilidade e acolhimento.

Finalmente a palestrante salientou que a lei 9474 se projeta para o futuro: ela deve estar em concordância com todo instrumento internacional de proteção de direitos humanos, com o Pacto de São José e com a nossa Constituição Federal.

A Sra. Aline Arruda começou sua exposição agradecendo o convite de participar do encontro, salientando também a importância da sociedade civil para a efetivação da lei 9474/97.

Em primeiro lugar, falou da relação entre a lei e o CONARE. Esta tem três elementos fundamentais: a definição de mecanismos de implementação do Estatuto de 1951, a possibilidade de eleger pessoas vítimas de grave e generalizada violação de direitos humano e o estabelecimento da rede tripartite de proteção.

Na organização do CONARE encontra-se o Ministério da Justiça que o preside, o Ministério das Relações Exteriores na vice-presidência e o ACNUR, que possui voz, sem voto. Integram o CONARE

também o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e uma entidade da Sociedade Civil.

Com relação ao espírito de Cartagena, a palestrante ressaltou a assinatura do Plano de Ação do México em 2004, o qual propõe respostas regionais inovadoras aos conflitos que ocorrem na região, como a iniciativa do Reassentamento Solidário, capaz de transferir a outros estados da rede refugiados que tenham dificuldade de adaptação. Outro mecanismo relevante, acentuou, foi a Declaração de Brasília de 2010, que incluiu variáveis referentes a gênero, idade e diversidade na proteção dos refugiados. Além disso, a normativa foi responsável por gerar esforços no sentido de mitigar a apatridia.

Encerradas as exposições, abriu-se para o debate com o público. Nesse momento, foram levantadas questões sobre políticas migratórias, a situação dos haitianos e o tratamento criminalizante muitas vezes atribuído aos migrantes nas fronteiras.

### Período da Tarde

#### **Palestra: Panorama atual dos haitianos no Brasil**

A primeira atividade do período da tarde foi a palestra proferida por Ir. Rosita Milesi (IMDH) com o tema “**Panorama atual dos haitianos no Brasil**”.

Iniciou descrevendo a situação do Haiti, país caribenho que divide o território da ilha de *Hispaniola* com a República Dominicana. Ressaltou que não é um país pobre por causa do terremoto, pois esse desastre veio apenas agravar uma situação difícil que já existia. Após a catástrofe,, entretanto, a situação do país é ainda mais precária, tendo sua infraestrutura comprometida e total falta de saneamento básico. Além disso, não há no país emprego, moradia ou comida suficiente para todos. A maior parte da alimentação, por exemplo, é ainda proveniente de doações externas.



Como se não fosse o bastante, disse Irmã Rosita, o Haiti vem passando também por problemas políticos. As eleições ocorridas depois do terremoto foram problemáticas. Além disso, o presidente eleito, Michel Martelly, não conta com o apoio do Congresso o que torna difícil a gestão do país.

Enfim, um conjunto de circunstâncias intensificou o fluxo emigratório de haitianos, com expressivo contingente para o Brasil.

Após análise das possibilidades de regularização migratória, o Governo brasileiro, com o apoio também da sociedade civil, adotou a solução de conceder residência permanente por razões humanitárias e substituição ao pedido de refúgio formalizado pelos haitianos que, aliás, não reúnem as condições para o reconhecimento do status de refugiados. A aplicação desse mecanismo para um grupo nacional é específico e não tem antecedentes históricos no país, apesar de já ser adotada esta medida em casos individuais.

## **Relatos de práticas e desafios**

A segunda atividade do período da tarde foi o Relato de práticas e desafios na atenção aos haitianos, por parte de quatro entidades que atenderam grande número desses nacionais. Cada uma falou sobre um tema específico, que se destacou dentre as várias questões enfrentadas.

### **Pe. Crispim (Paróquia N. Sr<sup>a</sup> das Dores, Brasileia - AC)**

Pe. Crispim, de Brasileia (AC) fez referência ao tema “Situação atual da chegada de migrantes, tráfico de pessoas, e experiência da instituição”.

Relatou as maiores dificuldades enfrentadas pela instituição por consequência das enchentes que atingiram a cidade de Brasileia. Para superar esse desafio, a rede contou com a ajuda dos próprios refugiados e das secretarias do governo. Além disso, a entidade vem recebendo diversas doações da campanha Acre Solidário.

### **Marília Pimentel (UFRO, Pastoral do Migrante)**

A professora Marília Pimentel relatou a interessante experiência com o projeto de extensão: “Migração internacional na Amazônia brasileira: linguagem e inserção social de haitianos em Porto Velho” desenvolvido pela Universidade Federal de Rondônia.

O projeto, que vem sendo promovido desde julho de 2011, tem o foco principal nas aulas de português, que ajudam os refugiados e solicitantes na inserção do mercado de trabalho. Trabalha-se também com o funcionamento das leis trabalhistas, história, antropologia e direito brasileiros.

Apesar de o projeto já haver atendido 300 haitianos, a professora salientou a dificuldade em se trabalhar com um grupo tão diverso, em que alguns apresentam alto grau de escolaridade e outros são analfabetos mesmo em sua língua nativa. Ela ainda descreveu o projeto de abrir um curso de graduação específico para estrangeiros na universidade.

### **Pe. Gelmino Costa (Paróquia São Geraldo, Manaus - AM)**

Descreveu os desafios da entrada dos haitianos no mundo do trabalho. Muitos desses migrantes, afirmou, vieram para o Brasil com a esperança de trabalhar e ganhar dinheiro. Inicialmente, encontraram oportunidades na construção civil. Entretanto, ao longo do tempo houve desencantamento tanto por parte dos imigrantes quando por parte dos empregadores.

Entre os desafios encontrados está o baixo valor do salário que recebem, o pouco conhecimento da cidade, a dificuldade de acesso aos empregos da zona industrial e mesmo a falta de profissionalização. Estes frequentemente não respeitam os horários e não justificam ausências, revelando uma dificuldade em compreender as leis trabalhistas brasileiras. Por parte dos

empregadores, o padre ressaltou a elevada exigência dos patrões, a terceirização da mão de obra e os atrasos no pagamento.

Devido à alta concentração dessas pessoas em Manaus e a escassez de empregos, a instituição buscou descentralizar essas pessoas por diferentes regiões – destas 267 foram para o Paraná, 141 para o Rio grande do Sul, 71 para Minas Gerais, 26 para Santa Catarina, 4 para o Rio de Janeiro, 4 para Tocantins e 3 para São Paulo.

### **Ir. Patrícia Licandro (Pastoral da Mobilidade Humana, Tabatinga - AM)**

Concentrou sua fala na questão das crianças desacompanhadas. Estas, muitas vezes sem documentação, não recebem auxílio do Conselho Tutelar e precisam então ser sustentadas pela Pastoral sem ajuda do governo. Um problema sério é também obter os documentos. Os juízes têm exigido certidão de óbito dos pais, por exemplo, ainda que os corpos dos mesmos não tenham sido nunca retirados dos escombros do terremoto.

Diversas circunstâncias ocorrem com estas crianças que às vezes chegam junto com parentes, mas não tem notícias dos verdadeiros pais.

Seguiu-se um espaço para debates. Houve várias participações, com, por exemplo, o comentário de que

Na discussão sobre a política migratória, percebe-se o desafio de discutir sem ter dados concretos, o que dificulta em muito o trabalho do gestor público. Assinalou-se também a necessidade das instituições trabalharem em redes locais, principalmente quando o problema dos haitianos exige uma prática comum de todos.

Outro ponto foi o destaque à boa prática iniciada com o Comitê para Refugiados do Rio de Janeiro, que incentiva todas as entidades a pressionar o governo no sentido de formular políticas públicas específicas para os refugiados.

## **Painel: Interlocução do CNIg com a sociedade e política Brasileira de Atenção aos Haitianos**



O painel sobre a Política brasileira de atenção aos Haitianos contou com a presença do presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Paulo Sérgio de Almeida, e dos conselheiros desse órgão: Paulo Lorenzato, representante do Ministério da Saúde; Orlando Fantazzini, tratando do tema da moradia, e Aline Arruda, representante do CONARE, além da Diretora do IMDH, que coordenou os trabalhos.

### **Paulo Sérgio de Almeida (Presidente do CNIg)**

A primeira exposição foi do presidente do CNIg, que cumprimentou os participantes e agradeceu o convite para participar mais uma vez do Encontro das Redes. Centrou sua fala nas ações que o CNIg vem tomando com relação ao tema das migrações e especificamente na atenção aos haitianos.

Afirmou que é cada vez mais importante e necessário o estabelecimento de políticas migratórias apropriadas para o estágio de desenvolvimento social, político e econômico do Brasil. A iniciativa de maior importância do CNIg nesse âmbito é provavelmente a política de proteção ao trabalhador migrante, proposta em 2010 e que ainda aguarda aprovação e publicação pelo Poder Executivo..

De acordo com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, a postura do evento coincide com a política do CNIg ao pautar as políticas migratórias sob o prisma dos direitos. Ressaltou assim que, apesar de a segurança de fronteiras também ser importante, ela não deve ser vista como ponto essencial do debate.

A política do CNIg estabelece, assim uma série de princípios. O primeiro dos direitos seria aquele de migrar, bem como também o direito de se desenvolver em seu próprio país, não sendo, pois, obrigado a se deslocar. Essa perspectiva levaria a uma abordagem de não criminalização dos movimentos migratórios, de modo que a não documentação não deva ser vista como um impedimento para o exercício de direitos fundamentais e igualdade de tratamento. Finalmente, Almeida ressaltou a importância de conceder tratamento especial a mulheres e crianças, que se encontram em maior situação de vulnerabilidade e, portanto, apresentam maior risco de sofrer situações de exploração e violência.

Essa política está conectada tanto com a nova lei de migrações quanto com outro instrumento jurídico: a Convenção da ONU para Proteção dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, que ainda precisa ser ratificada pelo Brasil. Tal abordagem, de acordo com o Sr. Paulo Sérgio, encontra-se ligada não só à proteção dos direitos humanos, como também à transição democrática pela qual o Brasil vem passando – a política migratória ainda guarda, assim, uma série de resquícios do regime de transição que precisam ser transformados.

Ressaltou que há vários outros pontos que nos fazem acreditar na necessidade de o Brasil adotar uma política que foque o migrante como sujeito de direitos. Um deles é o fato de que a história brasileira trata as migrações como um saldo positivo, de modo que o migrante não tem a carga negativa que recebe em muitos países, principalmente europeus. Essa predisposição assim nos levaria a adotar uma legislação mais aberta com relação ao tema.

Salientou que o fato de o Brasil cobrar, no exterior, políticas que não tratem os nacionais como criminosos, acabou exigindo também do governo federal uma política coerente no plano doméstico, que tenha como parâmetro facilitar a imigração. Nesse sentido, o ainda limitado número de migrantes no país também facilita medidas mais brandas para o problema. Outro fator relevante é a pujança do mercado de trabalho no Brasil, que, por volta de 2030 e 2040, com a queda no crescimento populacional, deverá passar a contar cada vez mais com mão de obra migrante.



Com relação aos haitianos, lembrou que esta é a primeira migração extra-sul-americana de grande intensidade nos últimos anos. Além disso, enquadra-se na nova categoria de deslocados ambientais. Apesar da dificuldade de classificá-los como refugiados ou migrantes econômicos, o CONARE não indeferiu seus pedidos, encaminhando a questão para o CNIG, que decidiu acolher essas pessoas no Brasil. A solução encontrada foi então criar um canal legal de chegada para os haitianos, de modo que a migração pela fronteira, por apresentar altos riscos, fosse diminuída.

Apesar dos imensos desafios, o Sr. Paulo Sérgio agradeceu as instituições presentes pelo auxílio prestado no acolhimento aos haitianos, que trabalham sempre no sentido de integrar essas pessoas à sociedade brasileira.

A sequência do Painel foi dedicada à interlocução entre os Conselheiros e a platéia, mas respondendo às questões previamente levantadas pelas entidades da Rede.

### **Orlando Fantazzini (Centro de Defesa dos Direitos Humanos)**

O primeiro expositor convidado foi o Sr. Orlando Fantazzini, que, além de ser secretário de habitação de Guarulhos, coordena o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) no estado de São Paulo, que atua com o processo de reassentamento de refugiados, desde 2010. Tratou do tema da moradia e habitação.

Agradeceu o convite, cumprimentando a mesa. Com relação à primeira pergunta sobre moradia para migrantes, salientou o fato de que a política habitacional do Brasil é para todos, não fazendo distinção entre nacionais e estrangeiros. Quanto ao Programa 'Minha casa, minha Vida', o Ministério das Cidades sinalizou que ambos os grupos - migrantes e refugiados - poderiam se inscrever, apesar de estarem sujeitos ao sorteio, como todos os que se habilitam ao programa. Ainda que a Caixa tenha sinalizado a necessidade de o migrante possuir a residência permanente, essa questão já está sendo debatida e aguarda-se avanços.

Com relação à demanda de se desenvolver uma política exclusiva para esse grupo, Fantazzini argumenta que os programas habitacionais não apresentam cotas setoriais, primando pela universalidade.

Expôs, também, sobre o programa de locação social, que pode se tornar uma alternativa interessante para os refugiados, o qual já sendo desenvolvido pelo Estado de São Paulo. Essa opção, além de menos custosa para o Estado do que a construção de albergues, permite um tratamento diferenciado entre os migrantes e a população em situação de rua.

Quanto à pergunta de se haveria um projeto do governo para auxiliar entidades que alojassem refugiados, destacou a necessidade de a sociedade civil pressionar ministérios que tenham recursos para tal, explorando mais os recursos públicos destinados a esse tipo de programa, criando, assim, mais parcerias com o governo.

### **Aline Thomé Arruda (CONARE)**

Primeiramente, respondendo à pergunta de se haveria procedimento para aumentar o prazo do protocolo atual de solicitante de refúgio, disse que esse tema já está sendo discutido, tendo em vista a dificuldade do CONARE e a alta demanda burocrática, face também ao crescente número de pedidos de refúgio.

Com relação à padronização dos procedimentos da Polícia Federal, salientou mesmo não se tratando o migrante como caso de polícia, há necessidade, por questões de segurança pública, de informações sobre quem circula pelo país. Nesse sentido, ressaltou ainda que o governo vem promovendo treinamento para agentes da PF para formar profissionais preparados no tema do refúgio. Falou, também, sobre o fato de que durante a Copa do Mundo, apesar de haver maior preocupação sobre quem circula no país, a situação dos migrantes e refugiados não deve ser afetada.

Respondendo à pergunta de se haveria uma cartilha explicativa com as informações necessárias para a solicitação de refúgio, a Sra. Aline respondeu que a mesma já foi confeccionada em parceria com o ACNUR e que está disponível em inglês, espanhol e português.

No âmbito da discriminação e da xenofobia, a expositora salientou que, para o combate a esses problemas, o governo conta muito com o apoio dos parceiros, especialmente com a sociedade civil.

Com respeito ao tráfico, a palestrante indicou os esforços do CONARE, municípios e estados fronteiriços no seu combate, havendo trabalhado juntamente com a PF para proteger os haitianos que chegavam pela fronteira.

### **Paulo Lourenzato (Ministério da Saúde)**

O Sr. Paulo Lorenzato iniciou sua apresentação apontando para a necessidade de definir alguns conceitos. Em primeiro lugar, saúde, de acordo com a OMS seria o bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças. O provimento público dessa saúde, ademais, constituiria um princípio universal aplicado sem discriminação a qualquer residente, inclusive migrantes, estejam em situação regular e irregular.

Dessa maneira, o conselheiro apontou para o fato de que o SUS é um sistema universal e não faz distinção entre brasileiro e estrangeiro. Assim, quando o migrante vai ao hospital não lhe é exigido documento, nem mesmo RG ou CPF como anteriormente. No caso do Haiti, o palestrante falou sobre a ajuda prestada pelo próprio Ministério da saúde ao país após o terremoto, inclusive com programas de saúde que vem sendo desenvolvidos desde então naquele país.

Sublinha, entretanto, que esta normativa legal, sem dúvida muito valiosa é afetada pelas dificuldades práticas de implementação que decorrem da falta de investimentos na área de saúde. Diante desse quadro, reconhece-se que há restrições, mas não aos refugiados, nem aos migrantes especificamente, mas sim ao usuário do SUS de maneira geral.

Com relação aos grupos vulneráveis, Lorenzato salientou que já há políticas focadas no atendimento a mulheres, idosos e crianças e que os estrangeiros podem acessá-las. Entretanto, a atuação da sociedade civil, apontou o expositor, é essencial para a real efetivação desses projetos.

### **Paulo Sérgio de Almeida (CNIG)**

Retomando a palavra, Dr. Paulo Sérgio passou a responder questões enviadas previamente pelas entidades.

Quanto ao questionamento de se haveria uma cartilha explicando os direitos trabalhistas brasileiros aos refugiados, o presidente respondeu que está sendo confeccionada, inclusive será publicada em *créole*, de modo a auxiliar particularmente os migrantes haitianos.

Com relação ao sistema brasileiro de emprego, apontou para sua descentralização, salientando que são os estados e municípios que operacionalizam o sistema nacional de emprego. Uma inovação, entretanto, tem sido o Portal Mais Emprego. Este, que antes era somente uma base local, tornou-se nacional, de modo que as pessoas podem se candidatar para vagas em todo o país. No caso dos migrantes, entretanto, essa procura tem de se dar por meio de mediadores, dentre os quais a Rede Solidária vem exercendo o papel mais importante.

No entanto, disse Paulo Sérgio, mesmo com mediação, o serviço é exercido pelo sistema público, o que gera alguns problemas. Nesse sentido, alguns eventos realizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre têm sido de especial importância, procurando envolver as entidades que tratam da questão do emprego para que criem protocolos específicos de atendimento a migrantes e refugiados.

Políticas estaduais para regiões que tenham comunidades de estrangeiros, como a criação do Comitê para migrantes e refugiados no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (em elaboração), são assim essenciais e não devem somente esperar pela iniciativa nacional, salientou.

Respondendo à questão de como prevenir a exploração dos haitianos, o presidente reconheceu que essa é de fato uma grande preocupação do Ministério do Trabalho, uma vez que eles ocupam setores no mercado de trabalho muito sujeitos à exploração. O acompanhamento da sociedade civil nesse caso se faz essencial, na medida em que são as entidades as responsáveis por fazer denúncias e orientar os migrantes.

Quanto à remessa de dinheiro para o país de origem, o palestrante lembrou que hoje não há nenhuma política em andamento para baratear as taxas, mas que uma *advocacy* nesse sentido poderia ser realizada junto ao Banco Central.

Com relação ao combate ao tráfico de pessoas, o representante sinalizou que, apesar de importante, não se deve reduzir a questão migratória ao problema do tráfico, sobretudo para evitar que se desenvolvam políticas demasiado restritivas. Entretanto, o expositor lembrou que há ações efetivas em fronteiras para combate ao tráfico de pessoas, as quais estão sendo realizadas em parceria com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Proteção aos Direitos Humanos.

Finalmente, o Sr. Paulo Sérgio destacou a iniciativa da criação dos cursos de português pelos projetos para o Pronatec. No caso dos programas de qualificação profissional, a própria Confederação Nacional das Indústrias se mostrou interessada no tema dos refugiados.

O painel foi encerrado após a colocação de perguntas pelos membros da plateia e das respostas apresentadas pelos palestrantes. Registra-se aqui que os participantes lamentaram a ausência da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que foi convidada e havia confirmado presença.

## **Dia 24 de maio**

Após o café da manhã, onde os participantes puderam confraternizar e integrar-se mais com o grupo, houve um momento de Mística coordenada por Irmã Patrícia, de Tabatinga, que leu um texto bíblico, a partir do qual os participantes tiveram oportunidade de refletir e colocar em comum suas idéias, preces e inspirações.

Seguiu-se a exposição de Ignacio Martin, representante da Cruz Vermelha, com o tema “Catástrofes Naturais, Situação Social e Respostas Humanitárias”.



A Sra. Cyntia Sampaio, Assistente do ACNUR Brasil, coordenou o momento e Isabel Pereira, da CVI, auxiliou o expositor com eventuais necessidades de tradução

O Sr. Ignácio, primeiramente, fez um pronunciamento sobre a instituição. A Cruz Vermelha, que está presente há mais de 50 anos e em 188 países, possui três elementos: as Sociedades Nacionais (SN), as Federações Internacionais das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FISC/CV) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Um trabalho coordenado, entretanto, depende também das organizações da sociedade civil – toda essa rede deve agir com eficácia e planejamento, evitando o desperdício de recursos.

Ressaltou que o planejamento das ações durante a resposta humanitária deve ser pensado tanto a curto quanto a longo prazo. Esse, segundo o Sr. Ignácio, envolveria uma série de elementos, tais como objetivo, informação, possíveis dificuldades e relações com outras organizações.

Muito relevante para a organização de um plano de ação pelos técnicos especializados enviados ao local seria, segundo o representante, uma análise da vulnerabilidade da população em questão – assim, casos como os terremotos do Haiti e do Japão não seriam nem mesmo comparáveis porque envolvem conjunturas sociais demasiado distintas: uma está entre as nações mais avançadas do mundo e a outra entre as mais pobres do continente. Estima-se, assim, que o primeiro deva levar 10 anos para se recuperar completamente, enquanto o segundo já apresenta claros indicativos de reconstrução quase total.

Ignácio discorreu ainda sobre a logística envolvida nas operações de resposta humanitária – situação que afeta igualmente todas as entidades presentes no encontro. Relatou que, quando a Cruz Vermelha faz uma solicitação às nações, geralmente requer dinheiro ou recursos técnicos, uma vez que o transporte de bens físicos pode tornar os custos do processo muito altos, além de não contribuir em nada para a economia local.

Por fim, ressaltou a relevância dos procedimentos de informação para manter os atores da rede coordenados durante todo o processo. Além disso, lembrou a importância em se dar seguimento na recuperação das consequências do desastre, evitando, assim, que as catástrofes caiam no esquecimento.

A mesa foi encerrada após algumas perguntas da platéia e das respostas e um breve debate esclarecedor pelo palestrante.

## Grupos de Trabalho



Seguiu-se o trabalho em grupos, no qual os participantes foram organizados em quatro equipes com vistas a discutir 3 diferentes matrizes: a) atendimento emergencial e necessidades imediatas; b) mobilização de recursos e voluntariado; c) integração local.

**O resultado do trabalho está nas sugestões, idéias e propostas que seguem:**

### MATRIZ 1: Atendimento Emergencial e Necessidades Imediatas

TÓPICO	SUGESTÕES/IDEIAS
<b>Alojamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criação de casas de apoio preparadas, visto que muitas vezes não há alojamento em fronteiras (Ex: Tabatinga e Brasileia)</li><li>• Aluguel Social/ locação solidária</li><li>• Criação de uma política emergencial envolvendo sociedade civil e governo</li></ul>
<b>Vestuário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• É o item mais fácil de se conseguir em emergências, porque há muitas doações</li><li>• Criação de centros de recebimento de doação</li><li>• Realizar campanhas e sensibilizar as comunidades</li></ul>
<b>Alimentação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criação de política emergencial</li><li>• Tentar conseguir doações</li><li>• Ver banco de alimentos</li></ul>
<b>Atendimento Médico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ter o SUS preparado para receber migrantes</li><li>• Criação de um mediador cultural nos hospitais e postos de saúde</li><li>• Criação de locais de referência, onde há forte presença de imigrantes e de refugiados</li></ul>
<b>Outros</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio de instituições especializadas em regiões de fronteira, como a Cruz Vermelha</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do Programa de Acolhida Solidária</li> <li>• Constituição de Comitês com as comunidades deslocadas</li> <li>• Engajar PF e CONARE e outros órgãos responsáveis para que possam dar respostas adequadas à necessidade</li> </ul>
--	--

## MATRIZ 2: Mobilização de Recursos e Voluntariado

TÓPICO	SUGESTÕES/IDEIAS
<b>Doações financeiras e de bens</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer um projeto claro para identificar quais bens são mais necessários</li> <li>• Realizar uma avaliação e envolver a população local que conhece suas próprias necessidades</li> <li>• Apresentar a finalidade do destino do dinheiro para o doador</li> <li>• Dividir entre necessidades imediatas e de curto/ médio prazo</li> <li>• Realizar um mapeamento dos editais de projetos nacionais (Fundo Nacional de Solidariedade, Fundo Brasil de Direitos Humanos, Secretarias de Estado e Organizações Internacionais)</li> </ul>
<b>Mobilização de recursos públicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento da sociedade civil com relação às verbas federais junto às instâncias públicas locais</li> <li>• Integrar conselhos paritários tanto em nível estadual quanto em nível municipal</li> <li>• Integrar-se às secretarias de assistência social que muitas vezes têm verbas para projetos desta natureza</li> <li>• Provocar o governo para realizar a capacitação das entidades (SICONV), inclusive na questão da arrecadação de recursos.</li> <li>• Aproveitar a ação do MP e do TCU.</li> <li>• Centralizar projetos em uma unidade que possa coordenar as atividades de outras instituições (atendimento, capacitação)</li> </ul>
<b>Mobilização de voluntariado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar, na entidade, um banco de voluntários que possam ser chamados em momentos de maior necessidade</li> <li>• Procurar centrais de voluntariado nos Estados</li> <li>• Destinar um voluntário para fazer a gestão do voluntariado.</li> <li>• Dar declarações para os voluntários em troca de seu trabalho.</li> <li>• Aproveitar a potencialidade dos universitários (inclusive dos estudantes de jornalismo)</li> </ul>
<b>Mobilização da Imprensa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizar as redes sociais principalmente para questões emergenciais</li> <li>• Encontrar pessoas na área de imprensa que se mobilizem pela causa</li> <li>• Mobilizar as mídias comunitárias (TVs e rádios)</li> <li>• Aproveitar brechas que surgem nos programas ao vivo para advogar pela causa</li> <li>• Criar a mídia para denunciar abusos e para criar uma cultura de aceitação aos migrantes</li> </ul>

<b>Outros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de Políticas Públicas específicas para migrantes. Identificar os campos necessários.</li> </ul>
---------------	--

### MATRIZ 3: Integração Local

<b>TÓPICO</b>	<b>SUGESTÕES/IDEIAS</b>
<b>Documentação e regularização migratória</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter serviços e locais específicos para preparar e viabilizar os trâmites relativos à documentação</li> <li>• Apresentar projeto para inserção das taxas referentes à documentação</li> <li>• Capacitação de agentes da Polícia Federal para esse fim – provocação</li> <li>• Fazer contato entre as instituições – trabalho em rede para encontrar saídas mais viáveis</li> <li>• Parceria com universidades para pesquisas e levantamento de dados que subsidiam a demanda de políticas públicas.</li> </ul>
<b>Aprendizado do Idioma e Educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserir os imigrantes e refugiados que desejam estudar no ensino regular</li> <li>• Fazer parceria com universidades para viabilizar cursos de língua</li> <li>• Sensibilizar as instituições para essa parceria</li> <li>• Fazer contato com as instituições privadas para viabilizar material de estudo</li> <li>• Oferecer Ensino à distância</li> </ul>
<b>Atendimento psicossocial e saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mostrar aos imigrantes e refugiados quais os seus direitos (carta aberta)</li> <li>• Levar ao conhecimento dos agentes de saúde a lei que lhes dá a possibilidade de serem atendidos</li> <li>• Capacitação de ouvidores no SUS – hospitais – para facilitar aos estrangeiros o acesso à saúde</li> </ul>
<b>Integração Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover nas instituições momentos de oficinas, convivência, etc.</li> <li>• Festas culturais, religiosas, integração entre organizações culturais</li> <li>• Aproveitar os espaços através das igrejas, vizinhos e aumentar as redes sociais</li> <li>• Criar espaços onde os migrantes e refugiados possam se sentir livres para expressar sua cultura</li> <li>• Incentivar os brasileiros a conhecer outras culturas que chegam, valorizando seus aspectos positivos</li> </ul>
<b>Outros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilizar os órgãos que criam material para escolas a fim de amenizar os preconceitos e a xenofobia</li> <li>• Buscar espaços na mídia em favor dos imigrantes.</li> </ul>

### MATRIZ 4: Integração Local

<b>TÓPICO</b>	<b>SUGESTÕES/IDEIAS</b>
---------------	-------------------------

<b>Trabalho e geração de renda</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartilha sobre a legislação trabalhista</li> <li>• Reforço das ONGs com a rede de empresas que insere os refugiados no mercado de trabalho</li> <li>• Qualificação profissional com parceiros, especialmente com órgãos públicos</li> <li>• Tratamento diferenciado com as questões trabalhistas das mulheres</li> </ul>
<b>Moradia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Debater com os migrantes os três projetos migratórios</li> <li>• Transformar em lei a locação social</li> <li>• Divulgar os direitos dos programas existentes, como o “Minha Casa, Minha Vida”</li> </ul>
<b>Reunião Familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar o conceito para núcleo de referência</li> <li>• Favorecer os movimentos para a reunião membros familiares que ficaram no país de origem dos migrantes</li> <li>• Reivindicar a desburocratização para a reunião familiar e um fundo para financiar os custos dos processos</li> </ul>
<b>Envio de remessas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer acordos entre os governos para facilitar o envio de remessas</li> <li>• Buscar o modelo de remessas feito pela Missão Belém.</li> </ul>
<b>Outros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientações Legais: compilar todas as consultas que já foram feitas e colocar todas as perguntas frequentes no site.</li> </ul>

### **Palestra: Políticas/Ações Sociais e Sustentabilidade**

A terceira apresentação teve como tema a sustentabilidade das organizações da sociedade civil no Brasil. Foi palestrante, em nome da Caritas brasileira, Sr. José Magalhães, e a coordenação da mesa foi feita por Isabela Mazão, do escritório do ACNUR.



Segundo José Magalhães, a temática da sustentabilidade das entidades é um tanto nova e teve início nos anos 90. Atento-se a esta problemática quando as instituições começaram a enfrentar escassez de recursos, sendo obrigadas a aumentar sua eficiência nesta questão administrativa. Essa



preocupação foi ainda fruto de novas leis no corpo jurídico brasileiro, relativas à assistência social e à proteção de direitos, que passaram a exigir maior organização das entidades da sociedade civil.

Definiu o termo sustentabilidade como a capacidade da organização de dar sustentação duradoura a seu projeto político institucional, o qual envolve missão, princípios fundadores e objetivos de atuação.

Apresentou, também, o que considera serem as quatro dimensões da sustentabilidade: a sociopolítica, que envolve a identidade política, a qualidade participativa e democrática do *decision making*, e a comunicação com a sociedade; a técnico-geral, que inclui a qualidade da equipe e do sistema de gestão; a econômico-financeira, que está relacionada à mobilização de recursos, e à capacidade de prestação de contas; e, finalmente, a místico-espiritual, vinculada aos princípios e valores da espiritualidade.

As implicações dessa abordagem de sustentabilidade, por sua vez, são três: que o fortalecimento de todas as quatro dimensões se dá de forma concomitante; que nenhuma organização se torna sustentável individualmente, mas sim por meio da cooperação; e que sustentabilidade não se reduz ao âmbito financeiro.

A seguir, esclareceu alguns conceitos relevantes para a plenária. O primeiro a ser levantado foi o de captação de recursos, definido como o conjunto de iniciativas de acesso a diferentes fontes de recursos financeiros. A mobilização de recursos, por sua vez, seria o desenvolvimento contínuo de iniciativas políticas, metodológicas e gerenciais capazes de disponibilizar recursos financeiros, humanos e materiais. Finalmente, a sustentabilidade se traduz como a capacidade de manter o seu projeto político-institucional no tempo e no espaço.

Relacionou, ainda, os diversos princípios da sustentabilidade, quais sejam: centralidade da missão, coerência entre meios e fins, abordagem integrada, enredamento sustentável, eclesialidade, autonomia, transparência e solidariedade.

Finalmente, o expositor fez menção às diversas fontes de mobilização de recursos. Estas incluem a cooperação internacional, ultimamente prejudicada pela crise internacional; os recursos públicos, afetados pelo excesso de burocracia; os recursos privados, advindos tanto de pessoas jurídicas quanto de pessoas físicas; recursos de campanhas; e recursos provenientes de vendas de produtos (bazares). O representante da Cáritas ressaltou ainda a importância de se procurar empresas que possuam fundos destinados a doações para entidades da sociedade civil e também redes de doadores individuais fieis à missão advogada pela instituição.

A mesa foi encerrada após a colocação de perguntas pelos membros da plateia e das respostas apresentadas pelo palestrante.

### **A Questão Ambiental, os Movimentos Migratórios e o Refúgio**

A última palestra do encontro foi proferida pelo Oficial de Proteção do ACNUR, Gabriel Godoy, que começou saudando os participantes e ressaltando a sua importância. O oficial proferiu então uma palestra sobre o aspecto jurídico da questão dos migrantes haitianos no Brasil.

Iniciou sua exposição com um questionamento: como lidar com as pessoas que tiveram de transgredir e transpor fronteiras nacionais por motivos de desastres naturais? Essa pergunta surge no

marco do mecanismo interagencial das Nações Unidas que se reúne para buscar soluções a situações em que a comunidade é destruída a tal ponto que se torna incapaz de reagir por si própria. Essa inquietação se torna cada vez mais iminente na medida em que cresce o número de pessoas que migram por desastres naturais: só em 2011 foram 36 milhões, dentre os quais 20 milhões de casos foram advindos de mudança climática.

De acordo com o expositor, as pessoas afetadas por motivos climáticos podem tanto migrar internamente, situação mais comum, quanto atravessar fronteiras entre países. Os primeiros podem ser protegidos no âmbito dos *Princípios Orientadores Relativos os Deslocados Internos de 1998*. Entretanto, a denominação e o tratamento para os indivíduos do segundo caso, ainda é a questão mais problemática no seio da comunidade internacional.

Ressaltou a interessante questão do imbricamento entre questões ambientais e conflitos políticos em diversos países. Segundo Godoy, a migração interna para as cidades gera uma competição acirrada por recursos, o que é agravado pelo grave contexto socioeconômico de alguns Estados. Exemplos dessa situação ocorreram em Darfur, Chade, Somália e Etiópia.

É justamente devido a esse fenômeno que o ACNUR, e não organizações como o PNUMA, por exemplo, está se envolvendo cada vez mais na tentativa de buscar soluções para os migrantes ambientais, especialmente quando a sua população de interesse – muitas vezes situada em campos – vem sendo afetada por desastres tais como enchentes e inundações.

Na teoria, o ACNUR só pode agir em casos de desastres ambientais quando a sua população de interesse é afetada, quando a agência possui ações disponíveis e capacidade de assistência, ou quando faz parte da abordagem conjunta da ONU (*UN cluster approach*) para deslocados internos. Entretanto, no contexto atual, vêm surgindo muitas zonas cinzentas, em que a atuação do Alto Comissariado se torna dúbia.

De acordo com o oficial de proteção, essas zonas cinzentas são fruto do fato de que a maior parte dos deslocados atualmente são advindos de desastres naturais e não mais de conflitos políticos. Entretanto, não há ainda nenhum marco jurídico internacional que obrigue os Estados a proteger essas pessoas. Muitos, assim, sugerem a ampliação do conceito de refugiado para que também englobe os indivíduos que estejam sob essa ameaça.

Nesse sentido, muito já foi feito no âmbito tanto da Convenção Africana quanto na Declaração de Cartagena, que amplia o termo refugiado para também proteger aquelas vítimas de perturbação da ordem pública. Indo nessa direção, o oficial de proteção levantou o questionamento sobre se os desastres naturais também não poderiam atingir uma nação a tal ponto de perturbar a sua ordem geral. Os países, entretanto, vêm afastando essa interpretação, argumentando que a perturbação deveria advir de causas antropogênicas. Nenhum Estado, portanto, utilizou qualquer princípio de Direito Internacional para proteger deslocados ambientais.

O caso dos haitianos encontra-se, por conseguinte, atingido por essa lacuna. Nesse caso, o ACNUR, ao invés de advogar por uma ampliação do conceito de refugiado – que poderia afetar aqueles já protegidos pela definição – defende a proteção por meio do Tratado de Direitos Civis e Políticos, que proíbe qualquer tratamento cruel e degradante que possa resultar da devolução dessas pessoas à situação calamitosa em que se encontra o país, no caso o Haiti.

A agência vem, portanto, fazendo *advocacy* junto ao Governo Federal. Este já encontrou uma saída para o problema concedendo visto por razões humanitárias a esses imigrantes. Tal instrumento, segundo o expositor, nunca tinha sido usado de maneira tão generalizada e representa, portanto, um grande passo dado pelo Estado brasileiro.

Como rede, Godoy defendeu a seguinte mobilização: influenciar os parlamentares para que criem um mecanismo de proteção complementar na lei de migração para essas pessoas. A Argentina poderia ser um bom exemplo, tendo em vista que o país já permite a residência por motivos humanitários, inclusive por questões ambientais.

A mesa foi encerrada após a colocação de perguntas pelos membros da plateia e das respostas apresentadas pelo palestrante.

## **Encerramento**

O momento final do Encontro foi dedicado à homenagem e agradecimento a Cyntia Sampaio que, após vários anos de atuação, tanto no IMDH quanto no ACNUR e junto às entidades da Rede, agora se despede para dedicar-se temporariamente a estudos. Foi um momento emocionante para todos e todas.

A seguir, Ir. Claudina Scapini, encarregada da avaliação do Encontro recolheu os formulários previamente distribuídos e coordenou um momento de manifestações pessoais.

A seguir, com uma expressão de ação de graças, encerrou-se o encontro e todos os participantes saudaram-se com um abraço de paz e desejo de bom retorno às suas residências.

## Anexo I

### VIII ENCONTRO DAS REDES DE PROTEÇÃO

Brasília – DF, 23 e 24 de maio de 2012

#### Mística de Abertura



**Pense no Haiti, reze pelo Haiti  
O Haiti é aqui**

#### 1) Poema de Abertura de Charles Chaplin

Tua caminhada ainda não terminou... A realidade te acolhe  
dizendo que pela frente o horizonte da vida necessita  
de tuas palavras e do teu silêncio.  
Se amanhã sentires saudades, lembra-te da fantasia e  
sonha com tua próxima vitória.  
Vitória que todas as armas do mundo jamais conseguirão obter,  
porque é uma vitória que surge da paz e não do ressentimento.

É certo que irás encontrar situações tempestuosas novamente,  
mas haverá de ver sempre o lado bom da chuva que cai  
e não a faceta do raio que destrói.

Não faças do amanhã o sinônimo de nunca,  
nem o ontem te seja o mesmo que nunca mais.  
Teus passos ficaram. Olha para trás...  
mas vai em frente pois há muitos que precisam  
que chegues para poderem seguir-te.

#### 2) Introdução: Nos caminhos da migração e do refúgio

No ano passado em nossa mística rezamos pelo Haiti e fizemos memória do sofrimento e do longo caminho percorrido por esses migrantes forçados pela pobreza, pela natureza, por tantos outros motivos. Iniciativas de acolhimento, bem como políticas para que a permanência dos haitianos esteja

em conformidade com a regularidade migratória em curso e muitas pessoas aqui presentes tem participado destas ações.

Na mística de hoje queremos ter presente, ainda que de modo muito limitado, a realidade que marca o Haiti e a vida dos haitianos, incluindo, sobretudo, nossa solidariedade e ação junto aos haitianos para reconstruir as pessoas, suas famílias, sonhos e o próprio país.

Esperança e compromisso em defesa da vida estão presentes num dos momentos mais trágicos do povo de Israel: o cativeiro da Babilônia. Mesmo neste lugar de dificuldade e sofrimento houve homens e mulheres que teimaram em conservar a fé e em buscar alternativas viáveis e duradouras. Ouviremos uma leitura bíblica, seguida de um momento de reflexão.

### **3) Texto bíblico (Is 60,18-22)**

18. Não se ouvirá mais falar de violência no país, nem de devastação ou miséria em teus limites. Darás o nome de “Salvação” às tuas muralhas e de “Louvor”, aos teus portões. 19. Não será mais o sol a luz do teu dia, nem será a lua que vai te iluminar à noite, o próprio SENHOR será para ti luz permanente, e o teu brilho será o teu Deus. 20. Teu sol nunca mais se há de pôr, tua lua jamais terá minguate, pois o SENHOR é tua luz permanente, acabaram os teus dias de luto. 21. Teu povo será todo ele gente justa e em herança possuirá a terra para sempre. Eles são a muda que eu plantei, o trabalho de minhas mãos, a glória que eu queria. 22. A menor família terá mil pessoas, a mais modesta será uma poderosa nação. Eu sou o SENHOR. A seu tempo vou apressar isso.

### **4) Reflexão ( Pe. Marcelo Monge, Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo)**

#### **5) Pai Nosso**

**6)** Neste momento, antes de dar-nos o abraço da paz, consideramos muito oportuno que cada um e cada uma se apresentem, dizendo apenas: nome, entidade, cidade de onde vem.

**7) Abraço da paz:** Que neste gesto de abraço possamos todos e todas também abraçar a cada homem e mulher que neste momento vive no Haiti e no Brasil como migrante ou em busca de refugio. Que a ternura e a solidariedade estejam sempre presentes em tudo e em todos.

#### **8) Bênção final:**

*“Que Deus te abençoe com o Dom de lágrimas para derramá-las com aqueles que sofrem de dor, rejeição, fome ou a perda de tudo aquilo que eles amam, para que possas estender a mão para lhes dar conforto e transformar a sua dor em alegria.” Amém! (fragmento de uma bênção franciscana)*

Coordenação: William

**Anexo II**  
**Avaliação do VIII Encontro das Redes de Proteção**

**Síntese do Resultado - 53 pessoas responderam**

**Brasília-DF, 23 e 24 de maio de 2012**

Agradecemos sua Avaliação. Marque com um X a opção que melhor corresponde à sua avaliação.	Ótimo	Bom	Regular	Insatisfa- tório
1. Informações prévias ao Encontro	40	13		
2. Acolhida	45	7	1 branco	
3. Hospedagem	35	6	12 branco	
4. Material distribuído	45	9		
5. Materiais (banners e folder) sobre ação e recursos da Caritas/CNBB ao povo haitiano	45	8		
6. Os conteúdos das diversas exposições	31	20	2	
7. Informações e depoimentos sobre os haitianos no Brasil	31	20	2	
8. O levantamento de <i>questões, boas práticas e sugestões</i> , feito em preparação ao Encontro	38	15		
9. Painel com membros do CNIg	36	16	1 branco	
10. Sua avaliação geral do Encontro	45	8		

**11. Comentários complementares:**

Os participantes parabenizaram a coordenação do encontro pela: excelente organização e condução dos trabalhos, temática oportuna, metodologia usada tanto na preparação como na realização do encontro estimulando a participação, os conteúdos precisos, dinâmicas, painéis principalmente o do CENIG, troca de experiências, depoimentos revelando o engajamento dos participantes.

**Questionamentos:**

- Ausências: da Secretaria dos Direitos Humanos, do Ministério da Educação, da Embaixada do Haiti no Brasil, de haitianos residentes no Brasil, de um membro da Cruz Vermelha Brasileira;
- infraestrutura/hospedagem;
- pouca compreensão da fala da Cruz Vermelha.

**12. Você apoiaria a idéia de fazer o Encontro Nacional das Redes a cada dois anos e nos anos alternados realizar encontros regionais?**

(42) Sim

(11) Não

**Justifique, se quiser, sua posição ou faça seu comentário:**

**Encontro Regional:**

Favorece maior participação de pessoas, instituições, entidades, governos, ONGs, universidades locais e regionais; fortalece o trabalho em rede; dá maior visibilidade; financeiramente menos dispendioso; contempla a realidade específica de cada região; maior percepção da problemática local e regional; facilita a partilha das boas práticas; fortalece a descentralização; contribui para a resolução de casos concretos da região; favorece a participação de organizações menores.

**Encontro Nacional:**

Do jeito que está: anual e nacional é melhor; continuar assim e somar encontros regionais a cada 2 anos; favorece o conhecimento e a articulação; regional somente se for por problemas financeiros; levar em frente os dois olhares: geral e local; as demandas regionais poderiam ser trazidas ao encontro nacional; traz mais informações e experiências; partilha das boas práticas.

**13. O que você leva deste Encontro como mais positivo ou animador para sua ação?**

A percepção de que muitas entidades lutam pela mesma causa; o contato com diferentes realidades; ânimo; novas estratégias; novas idéias, conhecimento e informação; a visão humanitária do trabalho com refugiados; a consciência de uma rede organizada; incentivo ao trabalho; conhecimento do trabalho da Rede; presença e apoio das instituições governamentais no processo migratório; desejo de aprofundar a temática para melhor doação; o testemunho de gente comprometida; conhecimento dos Conselhos: CONARE, CNIg, etc.; alegria de saber que estamos em companhia de pessoas fortes; ação mais organizada; a temática e sua metodologia; experiência, compreensão, ânimo; solidariedade e esforço do IMDH; confirmação do nosso trabalho; constatação da força da sociedade civil; o testemunho e empenho da coordenação; energia renovada; a força da rede, entusiasmo e dedicação; alegria e força para o fortalecimento do trabalho; o êxito das experiências colocadas; a força e dinamismo do trabalho em rede; a *teimosia* e a criatividade da sociedade civil diante dos desafios; as boas práticas e as sugestões trazidas; união de forças: entrosamento das entidades governamentais e sociedade civil; a troca de experiências; despertar para a busca do bem maior; harmonia; integração, confraternização; partilhas enriquecedoras; crescimento pessoal para melhorar a atuação.

**Observações e sugestões:**

- Encontro muito importante, parabéns à equipe organizadora;
- Disponibilizar a lista de endereços dos participantes;
- Formar um grupo-email para facilitar contatos e comunicações;
- Oferecer uma oficina de capacitação com dicas para o atendimento aos migrantes e refugiados;
- Encontro de 3 dias;
- Disponibilizar o relatório;
- Mística assumida por uma entidade, trazer preparada;
- Aprofundar o tema do tráfico de Pessoas e de migrantes;
- Apresentações culturais a noite ou experiências de migrações (positiva ou negativa)
- Realização do encontro em final de semana;
- Fortalecimento da Rede;
- Maior comunicação entre a própria Rede;
- Escutar a voz dos haitianos.

## Anexo III

### Programação

#### VIII Encontro Nacional das Redes de Proteção

Brasília/DF – 23 a 24 de maio de 2012

**Tema: “Deslocamentos Humanos por motivos ambientais e catástrofes naturais”.**

**Objetivo:** A partir da experiência adquirida pelas entidades que atuam na atenção a pessoas deslocadas por motivos ambientais ou catástrofes naturais, favorecer a reflexão e estimular a incidência com atitudes e iniciativas que contribuam para reduzir a degradação do meio ambiente e para assegurar a defesa dos direitos das pessoas afetadas ou deslocadas em consequência de tais fenômenos.

**Local:** Centro Cultural de Brasília SGAN - Av. L2 Norte, Quadra 601 – Módulo B – Brasília/DF

#### AGENDA

##### Dia 23 de maio (quarta-feira)

Horário	Tema/Atividade	Responsáveis
10h00 10h30	<b>Lanche de Acolhida/entrosamento</b> <b>Mística Inicial</b>	Past. Mob. Humana Past. Mob. Humana
11h00	<b>15 anos da Lei de Refugiados (n. 9474/97): avanços e limites na implementação</b>	- CONARE: Aline Maria Thomé Arruda - ACNUR: Andrés Ramirez - Sociedade Civil: Natália Medina
12h30	Almoço	
14h00	<b>Panorama atual dos haitianos no Brasil</b>	IMDH
14h30	<b>- Relatos sobre práticas e desafios na atenção aos haitianos</b>	Entidades encarregadas
15h30	Intervalo	
16h00 (Painel)	<b>- Exposição: Política brasileira de Atenção aos Haitianos</b> <b>- Respostas às questões levantadas pelas entidades na consulta prévia</b>	Paulo Sérgio Almeida (Pres. CNIG) Presidente do CNIG e Conselheiros
18h30	Jantar	
20h00	Filme “Homens e Deuses”	IMDH

##### Dia 24 de maio (quinta-feira)

07h30	Café da manhã	
08h15	<b>Mística</b>	
08h30	<b>Catástrofes Naturais, situação social e Respostas Humanitárias</b>	Cruz Vermelha Internacional: Ignácio Martin



09h30	<b>Trabalho em Grupos</b> (Questões a partir da Consulta)	ACNUR, IMDH, SMH
11h00	<b>Plenário</b>	
12h30	Almoço	
14h00	<b>A Questão ambiental, os movimentos migratórios e o Refúgio</b>	ACNUR: Gabriel Godoy
16h00	<b>Políticas/Ações Sociais e Sustentabilidade</b>	Caritas Brasileira
16h30	<b>Avaliação</b> <b>Encerramento</b>	
17h00	Partindo para o Retorno	